

O PAPEL DA MULHER INDÍGENA NO CERNE DA DEMOCRACIA E SUA EVOLUÇÃO SOCIAL E CULTURAL

ELLEN CRISTINA FARIA

“Espero que os leitores acolham o que os nossos sábios intuem desde sempre: que a palavra indígena sempre existiu; existirá sempre.”
Graça Graúna

Resumo: O presente artigo tem como objetivo elucidar a caminhada político-social das mulheres indígenas que buscam o efetivo e pleno exercício de seus direitos. Tal movimento é atingido por barreiras culturais, sociais, políticas, sociológicas e históricas que serão abordadas com foco nas mulheres originárias e suas complexidades. Este texto se dedica também a criticar o paradigma da democracia construída a partir da forma ocidental-eurocêntrica de se fazer política. O método utilizado foi o crítico-analítico.

Palavras-chave: mulheres indígenas, gênero, democracia, política.

Abstract: This article aims to elucidate the political-social journey of indigenous women who seek the effective and the full exercise of their rights. Such a movement is affected by cultural, social, political, sociological and historical barriers that will be addressed with a focus on native women and their complexities. This text is also dedicated to criticizing the paradigm of democracy built from the Western-Eurocentric perspective of doing politics. The method used was the critical-analytic.

Keywords: indigenous women, gender, democracy, politics.

Introdução

Para os colonizadores, havia um elo entre o "conquisto, logo existo" e o "penso, logo existo",¹ atrelando incessantemente a necessidade de conquista com a concepção de existir, ou seja, quanto mais conquistava/escravizava outros povos, mais existia perante os demais Estados. Essa relação estabeleceu-se em concordância com o momento histórico-cultural da época e a partir de um “sistema-mundo patriarcal, eurocêntrico, cristão, moderno e colonialista”.²

O discurso colonizador, que, em sua essência, sobrevive, teve e tem como objetivo colocar o povo indígena à disposição do capitalismo em expansão, reduzindo e considerando esses povos como a camada mais baixa da pirâmide social, sem autonomia, direito político ou cultura válida, executando, então, ações de perseguição e massacre dos povos originários. É neste panorama que entra a luta mulheril dos povos originários.

Ao contrário do que a convicção corrente aponta, o movimento de mulheres indígenas não é atual. Tal movimento remonta à época da colonização e desde o começo das datações das organizações sociais originárias existiram mulheres dispostas a mudarem sua realidade atual. A saída dos cuidados do lar, do artesanato e da abstração política para a ocupação e participação da tomada de decisões é por definição a quebra do padrão de gênero socialmente imposto. Ao longo do presente artigo esta afirmação será problematizada e assumida como um problema em pleno.

1. Barreiras enfrentadas pelas mulheres indígenas

Para discussão do tema proposto é interessante a elucidação de determinados assuntos para o entendimento holístico do problema em questão. Um deles são as barreiras defrontadas pelas mulheres pertencentes aos povos tradicionais para o exercício da democracia em pleno.

As mulheres não se intimidam e persistem na meta de conquistar seus direitos, mas, na realidade, quais são os principais obstáculos que essas mulheres enfrentam?

1.1. Gênero, sexo e os seus “papéis”³

¹ Grosfoguel (2011).

² Id.

³ SERPA, Monise Gomes. *Perspectivas sobre papéis de gênero masculino e feminino* (2008).

Primordialmente, antes de adentrar no foco do artigo, mostra-se necessário uma discussão prévia acerca de determinadas simbologias, que compõem majoritariamente certa estrutura na qual equilibram alicerces culturais que barram o desenvolvimento pleno de categóricas situações sociais.⁴

A concepção de gênero, bem como seu desconhecimento, desuso ou breve redução a sinônimo de sexo é umas dessas simbologias.⁵

Sustenta-se a ideia de que gênero e sexo sejam sinônimos. Significariam apenas a determinação da morfologia binária de dois tipos de seres humanos: mulheres e homens.

Além disso, essa mesma redução defende que as atribuições biológicas e físicas são naturalmente as que definem e limitam o papel social de cada ser, guardando em caixas fechadas e completamente separadas seres humanos distintos e, conseqüentemente, desperdiçando inúmeras possibilidades.

Não obstante, o sexo (construção biológica do ser) não pode impedir uma mulher ou homem de realizar qualquer que seja a atividade social pretendida - erradicar diversas possibilidades de papéis sociais baseadas estritamente na definição biológica de gênero é claramente equivocado e ineficiente.

Outrossim, a expressão “papéis de gênero” ou a utilização da palavra gênero, no sentido de atribuição específica para cada ser, também são limitantes e estão inseridas no mesmo ciclo vicioso discutido acima. E é nesse ciclo que as mulheres, ocidentais ou indígenas, ficam presas e desestimuladas a participarem ativamente de atividades políticas e da vida política *lato sensu*.⁶

Os papéis de gênero determinam uma divisão moral, sexual, política, profissional, espiritual, entre outras, excludente para o gênero feminino - fenômeno existente tanto na sociedade ocidental quanto nas tribos, mas, no horizonte das tribos, crescem-se os desafios causados pela invasão colonizadora e suas marcas indeléveis até os dias atuais.

Por conseguinte, as mulheres indígenas brasileiras, exercitando com luta a sua democracia e se desprendendo das amarras dos “papéis de gênero”, obtêm, por meio de uma revolução própria, um desenvolvimento histórico e social únicos que serão demonstrados ao decorrer do artigo.

1.2. A inserção da mulher indígena na sociedade ocidental e a violência

⁴ CARLOTO, Cássia Maria. *O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais* (2010).

⁵ GUEDES, Maria Eunice Figueiredo. *Gênero, o que é isso?* (1995).

⁶ SANTOS, Juliana Anacleto. *Gênero na teoria social: papéis, interações e instituições* (2017).

A relação dos indígenas, no geral, com a sociedade ocidental como já é de conhecimento geral, se iniciou concomitantemente com a violência e exploração executada pelos colonizadores e terceiros interessados. Tem-se então cinco tipos de processos de relacionamento indígena com não indígena:

- I. O contato desordenado e prejudicial com a população não indígena no geral, fazendeiros, grileiros e empresas com interesses lucrativos.
- II. Intervenção estatal e de agências não governamentais (as chamadas “frentes de expansão”)
- III. Missões religiosas
- IV. Exército
- V. Saída de parte da população da tribo para trabalhar nas cidades.⁷

Analisaremos brevemente cada um dos processos, mas faz-se mister sinalizar que a maioria destes contatos não traz benefícios à população indígena, sendo prejudiciais e perigosos para a tribo. O contato desordenado com a população indígena demonstra sua problemática já em sua nomenclatura. A desordem e falta de limites para tal contato gera combates entre os pertencentes às tribos e os forasteiros. Tanto moradores de cidades, quanto os fazendeiros e grileiros, ao invadirem o espaço dos povos originários, ocasionam contatos nocivos, bem como o aumento da tensão já existente nesse panorama.

Em relação ao segundo tópico, as chamadas “frentes de expansão” são processos de ocupação das áreas naturais feitos por produtores, fazendeiros e grileiros, tendo como resultados os mesmos do primeiro tópico, porém com maior enfoque na disputa por terra.

A questão do terceiro tópico é uma questão controversa. A imposição religiosa, que foi muito utilizada pelos colonizadores, tem como consequência a deterioração da cultura originária, sendo imensamente prejudicial para o seu repasse e sua sobrevivência, gerando a perda do patrimônio cultural indígena.

Prosseguindo para o quarto tópico, a relação do Exército com a população indígena é, a princípio, de apoio, tanto na área da saúde, alimentação e evacuação aeromédica.⁸ De fato, há contatos satisfatórios de apoio à população originária mas já houve contatos truculentos entre os militares e esses povos.⁹

⁷ Rita Laura Segato, integrante Departamento de Antropologia Universidade de Brasília, na obra “Uma agenda de ações afirmativas para as mulheres indígenas do Brasil”.

⁸ Segundo a ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil) isso ocorre quando integrantes de tribos de difícil acesso que estão doentes e/ou feridos, precisam ser transferidos por via aérea, do local que apresenta com recursos médicos limitados para outros com recursos mais amplos, geralmente hospitais de Guarnição, a fim de receber os devidos cuidados médicos.

⁹ Tem-se como exemplo a época da ditadura Militar (1964-1985). Além disto, mais precisamente entre 1969 e 1972, vários indígenas foram levados à força para o reformatório Krenak e, posteriormente, para a Fazenda Guarani, espécies de campos de concentração.

Por fim, a saída dos indígenas para as cidades em busca de trabalho resulta de vários fatores. Desde a necessidade de obtenção do sustento, hipertrofiada pelo avanço agrícola desmedido e não sustentável, até outros motivos pragmáticos como a busca por recursos de saúde e o estudo. A questão potencialmente problemática desse último contato são relações de trabalho análogas à escravidão e abusos. Oferecimento de trabalhos intensos a mulheres grávidas¹⁰ e prostituição são extremamente recorrentes, bem como situações degradantes de trabalho. Os contatos com posseiros, grileiros, garimpeiros, fazendeiros, funcionários extrativistas, militares, comerciantes e missionários, portanto, podem causar sofrimentos psicológicos, morais e físicos para as mulheres indígenas.

Esses resultados do relacionamento intra-étnico abordado se mostram como uma imensa barreira às mulheres indígenas. A violência, os conflitos internos e as demandas urgentes que devem ser atendidas são impetuosos empecilhos para o almejo político dessas mulheres, que mesmo assim continuam sua jornada e persistem em sua ânsia pela efetivação de seus direitos e democratização.

2. A tomada de posicionamento das mulheres indígenas e sua evolução extraordinária

Este tópico é destinado para exemplificação de diversas trajetórias indígenas, em que tais mulheres obtiveram êxito no intuito de emancipação e tomada de seu lugar de fala, não tendo como foco o aprofundamento, (que poderá ser tratado em outro momento oportuno), mas sim a identificação e contextualização dessas trajetórias. Como já apontado acima, as caminhadas, meios e ambiente em que esses movimentos ocorrem diferem totalmente dos movimentos ocidentais feministas vistos ao redor do mundo, inclusive no Brasil. Ora, se o movimento feminista “tradicional” já se constitui de revolução, o movimento emancipatório indígena é ainda mais subversivo, escapando do arquétipo patriarcal social.

Apresenta-se como uma forma de revolução social a quebra da unicidade de um símbolo ou ação, bem como o reordenamento de um novo que se adequa à necessidade do público excluído, criando assim, seu próprio espaço. Um exemplo disto, na prática, é a construção da casa das mulheres promovida por Ana Terra Yawalapiti e sua irmã Watatakalu, da tribo Tuatuari, localizada no Alto do Xingu. Na tradição indígena de muitas tribos, a denominada “Casa dos Homens” se apresenta como o local onde os homens se reúnem para a tomada de decisões que influenciam a aldeia. Na tribo Yawalapiti,¹¹ do Parque Indígena do

¹⁰ Trabalhos que não estão em conformidade com o Decreto-Lei Nº 5.452/1943, artigo 394 e 394-A.

¹¹ Grupo indígena que habita o estado do Mato Grosso, no parque indígena do Xingu.

Xingú, os objetos sagrados da aldeia só podem ser contemplados por homens, sendo terminantemente proibido o manuseio e visualização por mulheres.

Ana Terra e Watatakalu, reunidas com um grupo de mulheres de sua aldeia, iniciaram em 2015 a construção da “Casa das Mulheres”, sonho acalentado há anos. Filhas do cacique Pirakumã,¹² falecido em agosto de 2015, enfrentaram inúmeros desafios na construção desse novo local destinado a ampliar o seu espaço, obter visibilidade e executar liderança propriamente dita dentro e fora das aldeias.

A inauguração ocorreu com a Kuarup¹³ (festa de homenagem aos mortos), de 10 a 15 de agosto de 2016, na aldeia Tuatuari, sendo contemplado com a visita de mais de cinco mil indígenas de diversas tribos. Para a realização deste estrondoso evento Watatakalu buscou apoio do Ministério da Cultura, FUNAI e Embaixadas estrangeiras do Canadá e Bélgica.

A Casa das Mulheres construída pelas irmãs é usada para construção de pensamentos, conhecimentos e tomada de decisões e representa um marco na tomada de direitos das mulheres indígenas e fortalecimento do protagonismo. A casa é mantida por meio do lucro obtido pela venda do artesanato, de beiju e polvilho produzidos pelas mulheres, além da utilização de parte dos lucros para a integração dessas mulheres na rede de Sementes do Xingu.¹⁴ O espaço também conta com museu e sala de acervo, com intuito de preservação da cultura e história.

Entrando em outro ponto, é importante fazer notar que a participação das mulheres em espaços públicos que executam as mais diversas atividades políticas ou não, fica ainda mais restrita quando se trata de mediação da tribo com o “lá fora”. A atuação com agentes externos na obtenção de recursos e direitos para a tribo é pensado como domínio dos homens por excelência. Apresento então, exemplos da quebra do pensamento arcaicamente constituído e sensivelmente incrustado na sociedade originária e ocidental.

Com foco estrutural, uma forma importante para a conquista de deliberação acerca de seus direitos é a criação de departamentos, associações, grupos, entre outros, de caráter político que representem formalmente as mulheres indígenas. Como exemplo tem-se os

¹² Cacique da tribo Ywalapiti, pai de Ana Terra e Watatakalu.

¹³ Ritual fúnebre indígena, que originalmente tinha como objetivo trazer os mortos de volta a vida. O rito faz homenagem á mortos ilustres e é centrado na figura Mawutzinin, o demiurgo e primeiro homem que pisou na terra na mitologia originária.

¹⁴ Rede que promove uma produção comunitária e familiar de sementes florestais para restauração das matas.

Departamentos de Mulheres Indígenas da COIAB¹⁵ e da FOIRN,¹⁶ criados em 2002, bem como a AMSIM¹⁷ e AMARN.¹⁸

O DMIAB/¹⁹COIAB conta com representação de nove estados da Amazônia. Tal departamento foi oficializado no I Encontro de Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira²⁰ e tem como objetivo principal a promoção da participação das mulheres indígenas em instâncias de seu interesse, com foco na proteção de seus direitos. Já o FOIRN, teve sua organização no I Encontro de Mulheres do Rio Negro.²¹ Para essa federação, o foco se concentra na reivindicação e luta, representando os indígenas que não têm familiaridade com a língua portuguesa.

A AMSIM é uma Associação indígena de mulheres da Amazônia com foco econômico. Inicialmente, a associação concentrava seu interesse na cultura do guaraná, mas as indígenas atuais apostam na criação de seu próprio negócio. Produzindo e vendendo artesanato, elas lutam pelo seu espaço no mercado de trabalho. Suas criações são expostas em escolas, na sede da Associação e em uma loja construída especialmente para isto, no qual todo e qualquer lucro é utilizado para subsistência e fomento da Associação.

Ademais, como outro exemplo com direcionamento financeiro, tem-se a AMARN, uma Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro. Em seu nome indígena “Numiã Kurá” - em tradução literal: “Grupo de Mulheres” - começou em 1984 sendo formalizado em 1987. Tal grupo teve como objetivo conceber oportunidade de geração de renda para uma melhor qualidade de vida para essas mulheres, bem como sua formação sociopolítica. A maior parte dessas mulheres vivia em situação de isolamento e trabalhava em situação análoga à escravidão, como empregadas domésticas. Então, vendo tal situação, as indígenas da tribo do Alto do Rio negro decidiram tomar as rédeas e criar a AMARN. O artesanato produzido é feito utilizando diversas técnicas, passadas de geração a geração, que se mostram extremamente únicas, como cerâmica, trançado de fibras de tucum e arumã²² e tecelagem (utilizando também argila, sementes de puçá,²³ açaí tucumã²⁴ entre outras). Todo o

¹⁵ Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira.

¹⁶ Federação das Organizações indígenas do Rio Negro.

¹⁷ Associação de Mulheres Indígenas Sateré Mawé.

¹⁸ Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro.

¹⁹ Outra sigla para Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira.

²⁰ Evento composto por 70 lideranças indígenas (30 povos e 20 organizações) que ocorreu em Manaus.

²¹ Evento indígena que originalmente tinha intuito de reunir mulheres indígenas do Rio Negro, tendo posteriormente ganhado mais abrangência.

²² Palmeiras nativas da região norte do Brasil.

²³ Planta frutífera encontrada no bioma Cerrado e Caatinga.

²⁴ Fruta nativa da Amazônia.

material é usado de forma sustentável e dão origem á diversos itens como cestos, potes e adereços no geral.

Consequente a isso, as associações apresentam suas características próprias e organização formal específica. Algumas congregam povos de uma mesma região (FOIRN), outras de diversos estados com caráter pluriétnico (COIAB), de mesma etnia (AMSIM) ou de etnias diferentes (AMARN), tendo cada qual seu foco, mecanismo de ação adotado, conta bancária, organização financeira particular, diretoria eleita e estatutos próprios. Porém, todos abarcam uma mesma rede de movimentação político-social de articulação permitida e executada na democracia.

Por conseguinte, é certo que a medula espinhal de qualquer ato em seu íntimo, seja ele revolucionário ou não, é o conhecimento. Tal qual é transmitido por meio da educação nas mais variadas formas. O debate é comumente utilizado para esse fim e é por meio dele que as mulheres indígenas começaram a promover e disseminar suas aspirações políticas, com a participação cada vez mais assídua em encontros, oficinas e conferências (nacionais e internacionais), fortes meios de discussão e transmissão de pensamentos. Como exemplo tem-se a “Oficina de Capacitação e Discussão sobre Direitos Humanos, Gênero e Políticas Públicas para Mulheres Indígenas”,²⁵ que foi organizado pela FUNAI,²⁶ em 2002. Esse evento reuniu mulheres de tribos de todo o país que compartilharam e definiriam as principais estratégias fortalecedoras da liderança indígena feminina, sendo elas: a reserva de vagas administradoras regionais na FUNAI, a realização de oficinas com intuito de capacitação e negociação de interesses, bem como o planejamento de assembleias comunitárias/intercomunitárias, além da formação de um Comitê de Articulação para convocação de um Fórum de Mulheres Indígenas e uma campanha de revitalização de associações femininas que já existiam nas aldeias.

Esses percursos pontuados são somente exemplos de diferentes formas de resistência das mulheres originárias de diversas tribos, nas quais praticam atividades que se estendem em todo o Brasil, mantendo sempre uma ligação de nexos causal extremamente particular, objetivando pautas relacionadas com sua participação política, social e deliberativa em todos os espaços que lhes aprouverem.

2.1. Mulheres indígenas executando liderança

²⁵ Oficina destinada às mulheres indígenas de diferentes povos, com objetivo de intermédio e debate político.

²⁶ Fundação Nacional do Índio.

Neste tópico serão apresentados modelos de lideranças indígenas em sua própria tribo, na modalidade cacica.²⁷ Neste caso, não será abordado de maneira perscrutada o modelo de liderança propriamente dito ou o percurso das lideranças anteriores, pois tem-se como objetivo fulcral a apresentação de exemplos de lideranças de mulheres indígenas.

Primeiramente, cabe convocar a Aldeia Macaúba²⁸ que tem organização bastante específica. Nela, grande parte de sua população é composta de mulheres, que ocupam a aldeia praticamente de forma exclusiva, tendo, a maior parte, laços de sangue. Sua cacica tem o nome de Dje e é a fundadora da aldeia que tem mais de 23 anos - suas primeiras datações são de 1993.²⁹ As indígenas desta tribo possuem grande autonomia para se casarem com não indígenas, fato muito estigmatizado por outras tribos, mas que possibilita forte articulação externa. Nesta tribo há água encanada e energia elétrica.

Em segundo lugar, convocamos as Aldeias Areia Branca,³⁰ Aldeia Bacabinha³¹ e Aldeia Brejinho³² que possuem cacicas. São elas, cacica Joanita, Graça e Maria de Almeida, respectivamente. Todas elas manifestam a mesma estrutura, sendo ela parecida com a estrutura da Aldeia Macaúba. Ou seja, água encanada, luz elétrica e inauguração inicial por parentes, tendo, em momento posterior, o crescimento significativo de seu território e população. Por fim, pontuo sobre a Aldeia Irepxi,³³ com sua cacica Nhiro, sendo essa aldeia a sede da Associação das aldeias Apinajé³⁴ – Pempxá conta com muita circulação de projetos indígenas, parcerias e alianças entre outras tribos.

Para além, no Pará, temos a indígena O-é Kaiapó, da Aldeia Krenhyedjá, que em maio deste ano assumiu a liderança como cacica. Esta líder tem como direcionamento de sua liderança a estrutura da aldeia e, principalmente, a educação. A cacica tem um projeto para criação da Universidade Kayapó, instituição onde os indígenas da tribo poderão conhecer e construir sua identidade originária. O-é não é nova em movimentos sociais, ela participa desde 2013 de mobilizações indígenas, sendo assistente administrativa da Associação Floresta

²⁷ Autoridade política máxima das aldeias, que detém autonomia para representar seu povo externa e internamente, sendo o porta-voz principal para mediar e arbitrar conflitos.

²⁸ Aldeia Karajá de Macaúba, localizada na Ilha do Bananal.

²⁹ LIMA, Flaviane Izidro Alves de; VOIG, Ana Elisa Gambarti Teixeira; FEIJÓ, Marianne Ramos; CAMARGO, Mario Lázaro; CARDOSO, Hugo Ferrari. *A influência da construção de papeis sociais de gênero na escolha profissional* (2017).

³⁰ Tribo de etnia Apinajé, localizada em Tocantinópolis.

³¹ Tribo de etnia Apinajé, localizada em Tocantins.

³² Tribo Apinajé, também localizada em Tocantins.

³³ Tribo de etnia Apinajé, localizada em Tocantins.

³⁴ União das tribos de etnia Apinajé, associação porta voz das tribos que a compõe.

Protegida e secretária da UMIAB.³⁵ Já tendo completado seu ensino superior em assistência social, atualmente está desenvolvendo seu mestrado de sociologia e antropologia na UFPA.³⁶

Prosseguindo com lideranças de mulheres originárias, tem-se a cacica Kokoti Xikrin, de 28 anos, que assumiu a liderança de mais de 1.100 indígenas³⁷ da tribo Xikrin do Cateté, no Pará. O-é extremamente ativa em movimentos sociais a favor de seu povo.

Por último, apontamos a cacica Ivanice Tantoné, líder da tribo Kariri Xocó, localizada na Terra indígena do Bananal, em Brasília. A população da tribo ocupa a terra em questão há cerca de 30 anos e desde então lutam com extremo afincio para a proteção destas terras. Segundo Tantoné, ainda existem cerca de 20 mulheres indígenas caciques no Brasil,³⁸ tal número demonstra os vagarosos e primordiais passos emancipatórios das mulheres nas aldeias indígenas ao redor do Brasil.

2.2. Mulheres indígenas ocupando cargos políticos

Início este tópico trazendo à luz uma necessária elucidação. O presente artigo não busca fazer qualquer difusão de nenhuma ideologia política de qualquer partido. O seu objetivo é tão somente convocar exemplos de mulheres indígenas que ocuparam/ocupam cargos políticos.

O primeiro exemplo é o da líder Sonia Guajajara, da tribo Guajajara/Tentehar, localizada em Arariboia, no Maranhão. Sonia começou sua trajetória se formando em Letras e Enfermagem, tendo Pós-Graduação em Educação Especial e sendo Mestra em Cultura e Sociedade na UFB.³⁹ Foi candidata à Vice-Presidência em 2018, um dos cargos mais altos já disputados por uma mulher indígena, já atuou como denunciante no Conselho de Direitos Humanos da ONU e na COP,⁴⁰ de 2009 a 2017, no Parlamento Europeu, entre outros. Esta líder política indígena foi premiada em 2015 com o Prêmio Ordem do Mérito Cultural do Ministério da Cultura⁴¹ e recebeu também a Medalha Honra ao Mérito do Governo do Estado

³⁵ União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira.

³⁶ Universidade Federal do Pará, mestrado pelo Instituto de Humanidades, Artes e Cultura.

³⁷ Número levantado pelo veículo de informação jornalístico “Agência Brasil”.

³⁸ Afirmação feita por Tantoné em entrevista para a revista Trip da Uol em 2016.

³⁹ Universidade Federal da Bahia.

⁴⁰ Conferências Mundiais do Clima.

⁴¹ OMC é uma condecoração outorgada pelo Ministério da Cultura á representantes que contribuem de forma excepcional á cultura brasileira.

do Maranhão em razão de sua enorme articulação com órgãos governamentais no período em que houvera as queimadas na Terra Indígena Arariboia.⁴²

Certamente, grande parte da população já ouviu falar de nomes como Nelson Mandela, Martin Luther King e Malala Yousafzai. Porém, o que estes membros da sociedade têm em comum? Bom, além de suas aspirações ideológicas legítimas, todos estes tiveram forte atuação na luta pelos Direitos Humanos, sendo premiados pela Assembleia Geral da ONU com o Prêmio de Direitos Humanos.⁴³ Contudo, poucos conhecem a brasileira Joenia Wapichana, vencedora do Prêmio de Direitos Humanos de 2018. Esta mulher indígena demonstrou grande força em sua luta pelos indígenas, sendo então a segunda mulher originária a ser abordada neste tópico.

Primeiramente, a mulher indígena Joenia é protagonista de grandes marcos imprescindível para a emancipação das mulheres originárias. Um desses marcos é a conquista de Joenia em ser a primeira mulher indígena a se formar em Direito,⁴⁴ ficando entre os cinco primeiros colocados. Consequente a isto, ela foi a primeira mulher indígena a ter Mestrado feito em universidade do exterior,⁴⁵ a primeira mulher indígena a ser eleita deputada federal⁴⁶ pela primeira vez em 190 anos de Parlamento, e foi também a primeira advogada indígena da história a realizar uma sustentação oral durante o julgamento do STF sobre a demarcação de terras indígenas.⁴⁷

Em toda sua campanha e mandato, as bandeiras defendidas pela deputada foram principalmente direcionadas aos direitos coletivos indígenas, à luta pelas mulheres originárias, à proteção do meio ambiente e o crescimento sustentável, ética, transparência e combate à corrupção. Em sua atuação como advogada e deputada, sempre pontuou e reforçou que a morosidade e judicialização dos processos de demarcação, com a falta de reconhecimento de terras indígenas, abrem fortes precedentes para aumento da violência e impunibilidade contra as populações tradicionais.⁴⁸

2.3. Mulheres indígenas na arte e literatura

⁴² Período de queimadas que tiveram início em 2015 e se estenderam até 2019, queimando mais da metade do território da tribo Guajajara e Awa-Guaja (MA).

⁴³ Prêmio concedido á fortes e influentes defensores de Direitos Humanos em todo o mundo.

⁴⁴ Em 1997 na Universidade Federa de Roraima (UFRR).

⁴⁵ Realizou o seu mestrado na Universidade do Arizona, nos Estados Unidos.

⁴⁶ Em 2018 com 8.491 votos e eleita deputada federal pelo estado de Roraima.

⁴⁷ Portaria 534/2005 que definiu a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (RR).

⁴⁸ Entrevista dada a CIM, em 2018.

A literatura se apresentou como um dos firmamentos para a centelha da luta da mulher indígena. As letras representaram uma saída do anonimato do véu da sociedade não indígena que as encobria. Textos, poesias, romances, tudo que essas mulheres escreveram servem de bandeira para a luta feminil das mulheres originárias.

Quando se procura a imagem da mulher nas literaturas, encontramos-las, muitas vezes, como coadjuvantes e nunca personagens principais, ou com uma representação carregada de sentido pejorativo ou romantizada, a partir do ponto de vista branco europeu.

As palavras podem e têm sido mobilizadas com o intuito político de comunicação e luta pelas escritoras indígenas brasileiras. Começando então por Eliane Potiguara, escritora e poeta, formada em Letras pela UFRJ⁴⁹ e pertencente ao povo Potiguara,⁵⁰ ela se destacou em suas obras literárias por abordar a questão indígena de forma poética, incisiva e bem construída.

Atualmente, exerce a profissão de professora e atua em projetos de temática intelectual indígena como o Instituto Indígena de Propriedade Intelectual,⁵¹ bem como é fundadora e coordenadora da Rede Grumin de Mulheres Indígenas.⁵² Por fim, já foi nomeada Embaixadora Universal da Paz em Genebra,⁵³ recebeu o título de “Cavaleiro” da Ordem do Mérito Cultural do Brasil,⁵⁴ participou da elaboração da Declaração Universal dos Povos Indígenas na ONU e teve seu nome indicado pelo Círculo Universal dos Embaixadores da Paz.⁵⁵

Em relações às suas diversas obras, destacam-se: *A Terra é Mãe do Índio* (1989), *Metade Cara, Metade Máscara* (2004), que procuram abordar, assim como todas as suas escritas, as dores dos povos originários e suas vivências, tendo foco também na questão da ancestralidade, tão presente na cultura indígena, bem como exemplifica as discriminações e estigmas vividos pelas mulheres originárias.

Além, apresentamos a indígena Graça Graúna, indígena da tribo Potiguara. Ela é escritora, poeta e crítica literária. Ela é graduada, possui mestrado e doutorado em Letras na

⁴⁹ Universidade Federal do Rio de Janeiro.

⁵⁰ Povos da terra de Acajutibiró, que se localizam na região nordeste brasileira (Paraíba e Ceará).

⁵¹ Projeto que visou levar aos povos indígenas o conhecimento acerca a Declaração Universal dos Direitos Humanos, legislações específicas que tratam de povos indígenas e sobre a convenção 169 da COIT, tendo parceria com a Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento.

⁵² Rede destinada á difusão de informação, reestruturação e fortalecimento da concentração de mulheres indígenas.

⁵³ Cercle Universel des Ambassadeurs de la Paix – Genebra – SUÍÇA.

⁵⁴ A OMC é uma ordem honorífica que agracia nomes brasileiros e estrangeiros como forma de reconhecimento às suas contribuições para a cultura brasileira. Ela foi instituída pelo artigo 34 da lei nº 8.313/91 e pelo decreto nº 1.711/95.

⁵⁵ Entidade ligada a Organização das Nações Unidas para trabalhar em favor da Paz mundial.

UFPE⁵⁶ e pós-doutorado em Literatura, Educação e Direitos Indígenas pela UMESSP.⁵⁷ Graça produz os mais variados estilos de escrita, desde obras infanto-juvenis, crônicas, poesias até ensaios. A doutora publicou livros como “Flor da mata” (2014), “Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil” (2013), “Criaturas de Ñanderu” (2010), “Tear da palavra (2007)”, “Tessituras da terra (2001)” e “Canto mestizo (1999)”, trabalhos impecáveis que impulsionam e demonstram a literatura única que é tecida pelas mulheres dos povos originários.

Lia Minapoty é outro louvável nome indígena a ser destacado. Pertencente do povo Maraguá, Lia é escritora, palestrante, artista plástica (especialista em grafismos indígenas), e destaca-se como liderança jovem do povo Maraguá, atuando na diretoria da AMIAMA.⁵⁸ Destaca-se dentre suas obras, os livros “Lua menina e menino onça”, “A árvore de carne e outros contos” e “Com a noite veio o sono”. Este último trata-se de uma narrativa que aborda a construção de pensamento dos maraguás em relação à noite, contendo temas recorrentes da cultura do povo em questão, detém informações relevantes a respeito da demarcação das terras indígena, sua luta por reconhecimento, além de versar acerca da diversidade cultural. Tal obra repassa a história do povo maraguá, passada de geração em geração, que aponta a necessidade da noite, e como ela é imprescindível para a vivência e produção de todos na tribo.

Para encerrar este tópico, faz-se necessário apresentar uma lista das outras obras literárias que são essenciais e fundamentais de serem lidas e apreciadas se se quiser entrar em contato com o extenso conhecimento acerca da escrita indígena de autoria mulheril, sendo elas:

- CRUZ, Denízia. Kariri Xocó: contos indígenas.
- DORRICO, Julie. Eu sou macuxi e outras histórias.
- GRAÚNA, Graça. Contrapontos da literatura indígena contemporânea.
- MINAPOTY, Lia. Com a noite veio o sono.
- MURA, Márcia. O espaço lembrado: experiências de vida em seringais da Amazônia.
- PACHAMAMA, Aline Rochedo. Boacé Uchô: a histórias está na terra.
- PANKARÁ, Chirley Maria. Nãna e os potes de barro.
- POTIGUARA, Eliane. Akajutibiró: terra do índio potiguara.
- TABAJARA, Auritha. Coração na aldeia, pés no mundo.
- TREMEMBÉ, Telma Pacheco Tamba. Raízes do meu ser: meu passado presente indígena.
- VERÍSSIMO, Lídia Krexu Rete. Varai para'i régua.
- VIEIRA, Fernanda. Crônicas ordinárias.

⁵⁶ Universidade Federal de Pernambuco.

⁵⁷ Universidade Metodista de São Paulo.

⁵⁸ Associação das Mulheres Indígenas Maraguá.

Além destas obras, convido o leitor a pesquisar e procurar acerca de outras obras de autoria feminina indígena.

Prosseguindo para a arte, começo com: Arissana Pataxó, atualmente professora no Colégio Estadual Indígena em Coroa Vermelha. Ela é da etnia Pataxó,⁵⁹ sua formação acadêmica se funda na graduação em Artes Plásticas pela UFBA⁶⁰ e mestrado pela mesma instituição,⁶¹ centralizando sua pesquisa na arte desenvolvida pelos Pataxós, sua história e identidade. Em relação à sua temática artística, ela busca produzir de forma poética o contexto indígena inserido no mundo contemporâneo. Para isso, trabalha com diversas técnicas: aquarela, pastel, nanquim, carvão, fotografia, cerâmica, gravuras e monotipias, utilizando predominantemente a técnica em acrílico. Em congruência a isto, Arissana propõe em sua arte, a extensão de saberes Pataxós, demonstrando que os indígenas podem performar diversas atividades em ambiente ocidental, e que isto não se confunde com o abandono de seu povo ou cultura, elucubração costumeiramente reproduzida na sociedade.

Com relação à sua caminhada artística, em 2007 concretizou sua exposição individual inaugural denominada “Sob o olhar Pataxó”.⁶² Desde então, progrediu no mundo artístico com numerosas exposições, dentre elas: a exposição no Salão Regional de Artes Visuais em Porto Seguro (2009), a exposição internacional Eco Arte no Museu de Arte de Montenegro em Rio Grande do Sul (2011) e a exposição itinerante Mira! Artes Visuais Contemporâneas dos Povos Indígenas em Belo Horizonte e Brasília (2013-2014), sendo premiada em 2º (segundo) lugar no prêmio Pipa,⁶³ em 2016.

A arte como instrumento de luta é subversivamente indireta e causa indigestão ao alvo de sua crítica. Ela leva vivências adiante e expressa a cultura de um povo por meio da voz e da forma de vida e de pensamento das mulheres indígenas.

Conclusão

É palpável afirmar que as mulheres indígenas sofreram e sofrem violações sistemáticas a seus direitos, seus corpos e sua cultura, não apenas como membros dos povos indígenas, mas também como mulheres. Além disto, a pluralidade dos diversos movimentos

⁵⁹ Povo indígena natural do sul da Bahia e norte de Minas Gerais.

⁶⁰ Escola de Belas Artes, na Universidade Federal da Bahia.

⁶¹ Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos na UFBA.

⁶² Exposição feita no Museu de Arqueologia e Etnologia em Salvador, Bahia.

⁶³ Premiação de Investigação Profissional em Arte, uma das principais premiações de arte contemporânea do país realizada por: PIPA Global Investments e o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro.

emancipatórios das mulheres indígenas associada à falta de informação e difusão desses movimentos resulta no desconhecimento, por grande parte da população, dessa luta.

Porém, desde a colonização até os dias atuais, estas mulheres não deixaram de lutar e sempre adequaram a sua luta aos momentos em que elas eram interpostas. Utilizando de elementos estruturais, educacionais, legais, artísticos, entre outros. De forma extremamente própria e única, elas teceram uma trajetória que se subdivide em muitas, com o mesmo objetivo, o mesmo intuito, com abordagens diferentes, e por vezes necessidades específicas, que visam alcançar a plena efetivação de seus direitos no sistema democrático, bem como gozar das mesmas garantias e liberdades que os demais cidadãos não indígenas. Em palavras finais, convocamos um poema de Graça Graúna, que evidencia perfeitamente, o âmago da luta das mulheres indígenas brasileiras:

Ao redor da fogueira

Estamos aqui, apesar dos tempos sombrios.
Aqui estamos pelo direito de ser
Diferente e viver,
Porque somos iguais nas diferenças.
[...]
Aqui, estamos!
Apesar das injúrias,
Do nosso jeito lutamos
Para manter o costume
De manejar as maracas
E reconhecer no cocar
A nossa resistência
[...]
Aqui, estamos!
Apesar da exclusão,
Existimos!
No meio da noite,
Bem ao redor da fogueira
De luta e glória,
Muitas histórias ouvimos

Aqui, estamos!
E apesar das perdas,
A luta continua no solo sagrado,
Na caça, na pesca,
Na crença, na dança,
Na roda de Toré,
No manejo da Terra, resistimos!

Aqui, estamos!
E apesar dessa atroz agonia,
do nosso jeito, existimos
Para recuperar a Terra
E cuidar do plantio
Na luta contínua
Por um lugar no mundo.

Graça Graúna

Referências bibliográficas

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL. *Evacuação aeromédica*. Disponível em: https://www2.anac.gov.br/anacpedia/por_por/tr1206.htm. Acesso em: 27 out. 2021

AMANTE, Vandreza. *43 Mulheres indígenas do Brasil e da América Latina para se inspirar*. 2019. Disponível em: <https://catarinas.info/43-mulheres-indigenas-do-brasil-e-da-america-latina-para-se-inspirar/>. Acesso em: 22 jun. 2021.

ARTESOL (Brasil) (ed.). *Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro - AMARN: as mãos que criam, criam o que?*. Disponível em: https://www.artesol.org.br/Associacao_das_Mulheres_Indigenas_do_Alto_Rio_Negro_AMARN. Acesso em: 09 set. 2021.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DO CIMI (Brasil). *Queimada chega à TI Arariboia e coloca em risco aldeias Guajajara e povo Awá-Guajá livre*. 2019. Disponível em: <https://cimi.org.br/2019/09/queimada-chega-a-ti-arariboia-e-coloca-em-risco-aldeias-guajajara-animais-e-povo-awa-guaja-livre/>. Acesso em: 24 set. 2020.

Bibliografia das publicações indígenas do Brasil. 2021. Disponível em: https://pt.m.wikibooks.org/wiki/Bibliografia_das_publica%C3%A7%C3%B5es_ind%C3%A9genas_do_Brasil. Acesso em: 28 set. 2021.

BORGES, Águeda Aparecida da Cruz. *Ser mulher indígena: resistência e subjetivação*. Littera Online, [s. l], v. 17, p. 1-16, 2018. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/littera/article/view/10374>. Acesso em: 06 ago. 2021.

COIAB (Manaus) (ed.). *A ascensão da cacica Kaiapó: o-é paiakan assume cargo em maio de 2021, aumentando a representatividade feminina entre as lideranças de seu povo*. 2021. Disponível em: <https://coiab.org.br/conteudo/a-ascens%C3%A3o-da-cacica-kaiap%C3%B3-1615244922295x100460884121878530>. Acesso em: 11 set. 2021.

CARLOTO, Cássia Maria. Divisão sexual do trabalho; Gênero; Raça; Relações de gênero; Relações humanas; Representações sociais. *Serviço Social em Revista*. Paraná, v. 3, n. 2, p. 201-215, jun. 2001. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v3n2.htm>. Acesso em: 02 nov. 2021.

CASTILLO, Miguel del; PIRES; Paulo Roberto; VALENÇA, Rachel (org.). *Graça Graúna (RN)*. 2020. Elaborado por Instituto Morerira Salles. Disponível em: <https://ims.com.br/convida/graca-grauna/>. Acesso em: 28 set. 2021.

CAVALLI, Guilherme; CALAZANS, Michelle; WAPICHANA, Mayra. Joenia Wapichana. *A primeira mulher indígena eleita deputada federal*. 2018. Disponível em: <https://cimi.org.br/2018/10/joenia-wapichana-a-primeira-mulher-indigena-deputada-federal-em-190-anos-de-parlamento/>. Acesso em: 25 jun. 2020.

DUTRA, Juliana Cabral de O.; MAYORGA, Claudia. Mulheres Indígenas em Movimentos: possíveis articulações entre gênero e política¹. *Psicologia: ciência e profissão*, [s. l.], v. 39, n. p. 131-1333, 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703003221693>.

FOSTER, Gustavo. *Eliane Potiguara e a literatura indígena: histórias que se confundem e se explicam*. 2020. Disponível em: <https://noitedosmuseus.com.br/especial-eliane-potiguara-e-a-literatura-indigena/>. Acesso em: 28 set. 2021.

G1 GLOBO- PA (Belém) (ed.). *Agora as índias têm voz e têm força', diz Kôkôti, primeira mulher a tomar posse como cacique do povo Xikrin do Cateté*. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/03/08/vou-lutar-pelo-meu-povo-diz-kokoti-primeira-mulher-a-tomar-posse-como-cacique-do-povo-xikrin-do-catete.ghhtml>. Acesso em: 03 abr. 2021.

GEISLER, Luisa. *Cinco escritoras indígenas contemporâneas que precisam ser divulgadas*. 2016. Elaborado por GELEDÉS Instituto da Mulher Negra. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/cinco-escritoras-indigenas-contemporaneas-que-precisam-ser-divulgadas/>. Acesso em: 20 dez. 2020.

GUEDES, Maria Eunice Figueiredo. Gênero, o que é isso? *Psicologia: ciência e profissão*. [S.L.], v. 15, n. 1-3, p. 4-11, 1995. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-98931995000100002>.

HEINEN, Maíra. *Mulheres indígenas ocupam seu espaço ao liderar aldeias*. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2021-03/mulheres-indigenas-ocupam-seu-espaco-ao-liderar-aldeias>. Acesso em: 08 abr. 2021.

INSTITUTO PIPA (org.). *Arissana Pataxó*. 2016. Disponível em: <https://www.premiopipa.com/pag/arissana-pataxo/>. Acesso em: 16 jun. 2021.

ISA (Brasil) (ed.). *Mulheres Sateré Mawé apostam no empreendedorismo para gerar renda*. 2016. Instituto Socioambiental. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/164079>. Acesso em: 09 set. 2021.

Instituto Indígena Brasileiro para Propriedade Intelectual – INBRAPI. 2020. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/projeto/instituto-indigena-brasileiro-para-propriedade-intelectual-inbrapi/>. Acesso em: 20 nov. 2020.

LANAVE, Isabella. *Mulher cacique, sim senhor*. 2016. Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/tpm/cacique-tanone-e-uma-das-poucas-liderancas-indigenas-femininas-no-brasil>. Acesso em: 30 set. 2021.

LIMA, Flaviane Izidro Alves de; VOIG, Ana Elisa Gambarti Teixeira; FEIJÓ, Marianne Ramos; CAMARGO, Mario Lázaro; CARDOSO, Hugo Ferrari. A influência da construção de papéis sociais de gênero na escolha profissional. *Doxa: Revista Brasileira de Psicologia e Educação*, [S.L.], v. 19, n. 1, p. 33-50, 1 jun. 2017. *Doxa Revista Brasileira de Psicologia e Educacao*. <http://dx.doi.org/10.30715/rbpe.v19.n1.2017.10818>.

MARKO, Katia; REINHOLZ, Fabiana. *Sônia Guajajara comemora a liderança das mulheres indígenas na luta por direitos*. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/09/povos-indigenas-vivem-momento-traumatico-afirma-sonia-guajajara>. Acesso em: 03 jul. 2021

MATILDA EDITORA (São Paulo) (ed.). *Watatakalu e a formação de uma liderança feminista indígena: feminismo indígena*. Feminismo Indígena. 2018. Disponível em: <http://matilda.my/editoria/watakalu-e-formacao-de-uma-lideranca-feminista-indigena/>.

Acesso em: 11 set. 2021.

MATOS, M. H. (2012). *Mulheres no movimento indígena: Do espaço de complementariedade ao lugar da especificidade*. In: A. Sacchi, M. M. Gramkow (Orgs.), *Gênero e povos indígenas* (pp. 140-171). Rio de Janeiro, RJ: Museu do Índio.

REDEASTA (Brazil) (ed.). *Se você não conhece a índia Joenia Wapichana, deveria*. 2018. Disponível em: https://www.redeasta.com.br/post/se-voce-nao-conhece-a-india-joenia-wapichana-deveria?gclid=Cj0KCQjwkbuKBhDRARIsAALysV4jVFypOihO7_XK8TPBXTSo4HGcbIAop2-QFWXYc0sgIxr86fzV1tkaApX5EALw_wcB#post-content. Acesso em: 25 jun. 2020.

RACHID, Laura. *Conheça a luta de seis mulheres indígenas inspiradoras*. 2020. Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2020/03/08/mulheres-indigenas-inspiradoras/>. Acesso em: 08 mar. 2021.

RKAIN, Jamyle. *Artistas, que são indígenas, para ficar de olho*. 2020. Disponível em: <https://www.artequaeacontece.com.br/artistas-que-sao-indigenas-para-ficar-de-olho/>. Acesso em: 17 set. 2021.

Sob o olhar Pataxó: as obras de Arissana Pataxó. 2021. Disponível em: <https://www.oficinapalimpsestus.com.br/arissana-pataxo/>. Acesso em: 18 jul. 2021.

SEGATO, R. L. *Uma agenda de ação afirmativa para as mulheres indígenas no Brasil*. Série Antropologia, n. 326. Brasília: Departamento de Antropologia/Universidade de Brasília (UnB), 2003. Disponível em: <http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie326empdf.pdf>. Acesso em 08 mar. 2021.

SANTOS, Fabiane Vinente dos. *Mulheres indígenas, movimento social e feminismo na amazônia: empreendendo aproximações e distanciamentos necessários*. Revista

Educamazônia - Educação Sociedade e Meio Ambiente, Humaitá: LAPESAM/GISREA/UFAM/CNPq/EDUA, Manaus, v. 8, n. 5, p. 94-104. 2004.

SERPA, Monise Gomes. *Perspectivas sobre papéis de gênero masculino e feminino: um relato de experiência com mães de meninas vitimizadas*. Perspectives of the masculine and the feminine roles: an experience with mothers of victimized girls. 2008. 22 f. - Centro Universitário Franciscano, Santa Maria, Brasil, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/nsnHV7KnLBCCGSh7zw8bV6p/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 nov. 2021.

SANTOS, Juliana Anacleto dos. *Gênero na teoria social: papéis, interações e instituições*. 2010. Disponível em: <https://www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/artigo4a5.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2021.

TRIBUNAL DE MINAS: *Graça Graúna: “Ao escrever, dou conta da ancestralidade, do caminho de volta, do meu lugar no mundo”*. [S. L.], 06 ago. 2019. Disponível em: <https://tribunademinas.com.br/colunas/sala-de-leitura/06-08-2019/graca-grauna-ao-escrever-dou-conta-da-ancestralidade-do-caminho-de-volta-do-meu-lugar-no-mundo.html>. Acesso em: 20 dez. 2020.

UFMG. *Eliane Potiguara fala sobre a literatura dos povos indígenas no Brasil*. 2019. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/eliane-potiguara-fala-sobre-a-literatura-dos-povos-indigenas-no-brasil>. Acesso em: 20 nov. 2020.

VICTÓRIA MARTINS (Brasil). *O-é Kaiapó, uma nova cacica a batalhar com e pelos seus!* 2021. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2021/05/19/o-e-kaiapo-uma-nova-cacica-a-batalhar-com-e-pelos-seus/>. Acesso em: 11 set. 2021.

Data da submissão: 16/12/2022

Data da aprovação: 06/01/2023